

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL COMO RESPOSTA A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

*Fernanda M. Torrentes Gomes*⁴⁴

Resumo

Este trabalho tem como objetivo explicitar, por meio do pensamento de Theodor W. Adorno e outros autores e autoras, a importância de compreender a racionalidade instrumental como ferramenta para justificar a violência direcionada aos chamados *outgroups* nas sociedades ocidentais modernas, mais especificamente no contexto neoliberal brasileiro. Neste sentido analisa-se como essa discussão encontra-se interligada a questões relacionadas a temas como raça, colonização e autoritarismo.

Palavras-chave: racionalidade, violência, neoliberalismo.

INSTRUMENTAL RATIONALITY: NEOLIBERAL SUBJECTIVITY AS A RESPONSE TO INSTITUTIONALIZED VIOLENCE

Abstract

This work aims to make explicit, by the through of Theodor W. Adorno and other authors, the importance of understanding instrumental

⁴⁴ Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Assistente social em São José dos Pinhais (PR). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE-UFSC) e do Núcleo de Estudos sobre Profissão e Instituição (NEPPI-UFSC). Pesquisadora na área de Serviço Social e Estudos Feministas e de Gênero. E-mail: fernandatorrentes@gmail.com

rationality as a tool to justify violence directed at the so-called *outgroups* in modern western societies, but specifically in the Brazilian neoliberal context. In order to accomplish that, there will be an analysis of how the discussions about this topic are linked to issues related to race, colonization and authoritarianism.

Keywords: rationality, violence, neoliberalism.

Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história (Krenak, 2020).

Introdução

O presente artigo procura analisar a produção de uma racionalidade instrumental que colabora para justificar o medo social e a violência direcionada àqueles considerados parte dos *outgroup*⁴⁵ nas sociedades ocidentais modernas, especificamente no contexto neoliberal brasileiro. Tal análise se baseará em estudos recentes sobre a construção da subjetividade no neoliberalismo colonial, assim como na pesquisa sobre a personalidade autoritária (2019) realizada por Theodor W. Adorno. Busca-se compreender de que maneira, nos regimes ditos democráticos, permanece a presença de opiniões, atitudes e valores autoritários que podem passar de um estado velado para uma defesa aberta de ações violentas contra determinadas populações em momentos específicos de crise social.

Em 1947 Theodor Adorno e Max Horkheimer já enunciavam no livro *Dialética do Esclarecimento* (1985) que a razão, em última instância, pode se transformar em algo irracional, onde a barbárie com uma roupagem científica e tecnicista passa a dominar todas as esferas da vida. Neste mesmo viés, já em 2020, Vladimir Safatle afirma que modelos socioeconômicos orientados por determinadas racionalidades geram modelos de governo, assim como geram modelos de gestão social de subjetividades. Hoje, mais do que nunca, tais modos não podem ser compreendidos sem sua capacidade de instauração de comportamentos e modos subjetivos de auto-regulação. Isso significa que não se vive da mesma forma dentro e fora de um sistema neoliberal.

Compreende-se que as concepções de doença e saúde, normal *versus* patológico, nós *versus* eles, diz algo a respeito da normativa neoliberal instaurada, deixando visíveis processos como, por exemplo, a criação de novos sintomas e diagnósticos psiquiátricos, ou mesmo a vivência em uma sociedade da auto-exploração. Esses pontos são centrais ao sistema econômico atual que produz um discurso que, em

45 Termo utilizado no livro "Estudos sobre a personalidade autoritária" para se referir ao inimigo escolhido pelo *ingroup*, aqueles que correspondem ao ideal do eu.

certa medida, instrumentaliza o desejo. Criam-se padrões de individualização, da mesma maneira que diversas facetas da vida psíquica que antes não recebiam atenção passam a receber, ou seja, desenvolve-se a personalidade humana entrelaçada com as condições sociais de seu tempo e suas mudanças e não com tendências “inatas”, “básicas” ou “raciais” (ADORNO, 2019, p. 81).

Neste artigo considera-se que a vida social não se resume a escolhas racionais, compreendendo que dentro da própria razão opera uma ideologia do ocultamento travestida em racionalidade. Por esse viés, fica mais simples explicar as razões pelas quais a criação de uma imagem estereotipada de determinadas populações pode levar até mesmo a justificativas de práticas de genocídio e massacres. Neste ponto, Adorno (2019) conclui que a racionalidade tem como um de seus determinantes a dimensão psíquica, perpassando a construção de afetos como amor, ódio, admiração, repulsa e medo, estes produtos da interação mediada pelos arranjos materiais que fazem parte do lugar em que ocupamos no mundo. Enfatiza-se igualmente que no contexto neoliberal a maneira como vivemos e nos relacionamos está atravessada pela lógica do consumo, do individualismo, do punitivismo, da concorrência e do “empreendedorismo de si mesmo”, o que impulsiona para a construção de fantasias estereotipadas direcionada a um inimigo inventado.

Os exemplos de fantasia estereotipada que a pesquisa de Adorno visibiliza podem ser conectados contemporaneamente ao que Maria Rita Kehl classifica como “ressentimento”: “uma constelação afetiva entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo” (KEHL, 2020, p.11). O ressentido é um vingativo que se apaixona negativamente, apesar de não se reconhecer como tal. Nessa perspectiva, narrativas voltadas a explicar a situação particular das pessoas em termo de merecimento, e não de processos estruturais, ganham espaço, colaborando com os ideais de uma economia capitalista de expansão constante que se baseia na exploração dos corpos e mentes dos sujeitos.

Investe-se na construção de indivíduos que incentivem e apoiem, por exemplo, medidas de controle sociais violentas voltadas a determinados segmentos, aqueles que oferecem “perigo” e “insegurança social”. Nesta lógica, a competição se torna uma questão de vida ou morte, o que torna uma opção válida excluir aqueles que não se enquadram na narrativa aceitável de ser humano. Como afirma Krenak (2019, p. 26) nosso tempo é especialista em criar ausências, no sentido de viver em sociedade e da própria experiência da vida.

Por fim, se tem como pressuposto que para entender o que permite que estes discursos ganhem eco, espaço e legitimidade, é necessário a compreensão de como práticas e discursos autoritários conseguem conviver em harmonia com a democracia instaurada nos sistemas capitalistas avançados e, principalmente, nos países periféricos.

A razão transformada em algo irracional – tendência ao bárbaro

Que não te despojem de teu sentido inicial. É fácil crer no que crê a multidão (GOETHE).

No desenvolvimento da racionalidade instrumental predomina a defesa de uma organização tecno-científica, pragmática e trefista. Sobressai uma razão que contribui para o que Adorno (2019) considera um tipo de determinismo histórico: a ideia do retorno ao mito ideológico em que não há caminhos possíveis para além do oferecido pelo modo de produção capitalista. Como Ulisses no clássico *Odisseia* (2006), se retorna ao mito para explicar ideologicamente crenças fechadas que afirmam, por exemplo, o fim da história e a aposta no mercado como único mecanismo de regulamentação da sociedade (MOTA *et al.*, 2010).

Numa economia neoliberal sustentam-se tais afirmações com um discurso que ultrapassa a pretensa eficácia econômica deste sistema diante da produção de riqueza. Ela se dá principalmente através da exaltação moral dos valores atribuídos à livre iniciativa, a “independência” em relação ao Estado e a uma pretensa autodeterminação individual. Nesse sentido, é também necessário construir sujeitos moldados por uma subjetividade neoliberal, que compreendendo ser “empreendedores de si”, internalizem por meio de intervenção e reeducação constante essa racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível.

A produção de um tipo de relação a si, aos outros, e ao mundo é orientada através de princípios empresariais, nos quais as noções de investimento, performance, rentabilidade, competitividade fazem parte da equação. Segundo Safatle (2020, p. 30) este ideal empresarial é uma estratégia neoliberal necessária para formalização da sociedade com base no modelo da empresa. Ou seja, permite-se que a lógica mercantil seja usada como tribunal econômico contra o poder público, tornando fundamental que as políticas de proteção social passem a ser extensão e difusão desses valores.

O papel das organizações internacionais nos países considerados de terceiro mundo evidenciam esse cenário. A trajetória dos últimos vinte anos da cooperação do Banco Mundial com o setor educacional brasileiro em relação aos mais variados temas torna perceptível que a instituição vem ampliando suas funções técnicas e financeiras, assumindo um caráter cada vez mais político, formulando políticas globais e setoriais para a agenda dos países credenciados em seu financiamento, incluindo o Brasil (FONSECA, 1999). O Banco atua como agência financiadora de projetos para a área de infraestrutura econômica desde o final da década de 1940, sendo que seus créditos representam pouco mais que 10% da dívida externa do país. Sua importância ampliou-se, a partir dos anos 1970, quando passou a constituir uma das mais relevantes fontes de financiamento para o setor social, trabalhando questões

voltadas ao “progresso”, “desenvolvimento sustentável”, “realismo”, “autonomia”, “equidade” e “pobreza”, sob o argumento de que os problemas que afetam um país na área econômica, demográfica ou ambiental afetam o mundo como um todo.

É nesta seara que estudos populacionais passam a ser realizados internamente pela instituição. Atribui-se ao nível primário a necessidade de maior capacidade de preparação de mulheres pobres e racializadas para a aceitação das políticas de planejamento familiar e também para o estímulo à intensificação de sua participação na vida produtiva. Objetiva-se o fortalecimento da “inteligência emocional”, a “otimização de suas competências afetivas”, propõe-se um trabalho de vigilância, controle, e autoavaliação constante de si, baseado em critérios que derivam do mundo empresarial. Com este incentivo organizações e corporações afirmam a partir de um “cálculo racional” dos custos e benefícios, que investir na educação de meninas e mulheres gera uma alta taxa de retorno para o desenvolvimento, principalmente no que se trata de soluções acerca das questões que envolvem pobreza e superpopulação, estabelecendo relação direta entre esses dois fatores.

Ações que visam o combate a pobreza concluem que a causa desse fenômeno social é relacionada a dificuldade que determinadas populações possuem em manter seus vínculos familiares e sociais, causando uma instabilidade no bom convívio da sociedade. Sendo assim, a “questão social” pode ser enfrentada por meio de iniciativas de empreendedorismo, integração social, empoderamento dos indivíduos e solidariedade mútua, ignorando a desigualdade social enquanto um componente da lógica de acumulação capitalista (SOARES, 2011). Importante registrar que no fim, o objetivo principal dessa iniciativa se constitui em sanar as consequências dos programas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional na América Latina.

Outra questão importante neste cenário esta relacionada ao “modo de viver” neoliberal no qual a noção de sofrimento psíquico é equalizada como um déficit biológico desvinculado do entorno social. A antropóloga estadunidense Susan McKinnon, em seu livro *Genética Neoliberal* (2021, p. 10) chama atenção à crescente patologização da vida cotidiana, onde cresce a busca por marcadores genéticos, fisiológicos e neurocerebrais para pensar um “padrão adequado” de emoções. Para ela, a ascensão do neoliberalismo proporcionou uma espécie de política global para fazer a gestão do sofrimento humano que leva em consideração apenas uma única lei, uma única forma de entender a economia, uma única maneira de fazer ciência e justificar conhecimento.

A saúde e a doença deixam de ser pensadas como parte de um fenômeno político, assim, retira-se esta discussão do campo da ética e do conflito deixando o caminho aberto para que a gestão das demandas do campo mental e comportamental sejam regidas pela lógica do mercado

Em uma fórmula rápida: se o sofrimento no liberalismo e no capitalismo industrial de produção era por *privação*, ou seja,

dava-se no conflito entre as normas sociais vigentes e os desejos impedidos do sujeito, o sofrimento no neoliberalismo e no capitalismo de consumo pode ser melhor entendido na dinâmica do gozo, em que a questão não é a da adequação as normas sociais postas, mas a da autossuperação dos limites do sujeito a todo momento⁴⁶.

Trata-se aqui da busca por um bem-estar pautado em uma fantasia de vida melhor que aquela que se vive no presente, a promessa de reestabelecimento de uma pretensa normalidade do funcionamento orgânico, mais que isso, busca-se essa suposta “melhor versão de si”. Quanto a procura pela felicidade, sentimento que ronda o imaginário cultural, não seria mais algo a ser alcançado, mas sim, o efeito de um determinado tipo de indivíduo: individualista, fiel a si, resiliente, otimista com um alto grau de inteligência emocional (CABANAS; ILLOUZ, 2022).

Nessa perspectiva as técnicas de aprimoramento de si facilitam a adesão ao conformismo, e utilizam cada vez mais uma linguagem funcional, individualista e pragmática para fazer com que os e as trabalhadoras tentem dar conta individualmente das suas condições precárias de vida. Ainda, o que Adorno afirma sobre os aspectos da ignorância em 1944 parece bastante atual

Um é que ser “inteligente” hoje significa, em grande parte, cuidar de si mesmo, cuidar de suas vantagens, ao passo que, para usar as palavras de Weber, a “curiosidade ociosa” é desencorajada. Uma vez que a pertinência das questões econômicas e políticas para a existência privada, no entanto, ainda é largamente obscura para a população, as pessoas não se importam com coisas que aparentemente têm pouca influência em seu destino e sobre as quais não têm – e disso são vagamente conscientes – muita influência⁴⁷.

Novamente reitera-se a inversão dos processos sociais para algo natural. Tais fundamentos acabam por produzir o que Loureiro (2014, p. 390) vai classificar, parafraseando Freud ao contrário, de *o mal-estar na barbárie*. Pois, não se permite conceber a vida fora de um projeto de sociedade capitalista, ao mesmo passo que esse projeto traz exigências imaginárias próprias do individualismo que não atingem as expectativas prometidas aos indivíduos.

Nessa perspectiva o Estado ganha papel de destaque, mesmo com as reiteradas afirmações contrárias. A concepção de que no advento do neoliberalismo haveria menos intervenção do Estado do que em relação ao liberalismo clássico não se efetiva. No entanto, a questão que se levanta é: onde o Estado passa a intervir efetivamente neste contexto?

Pode-se afirmar que não se trata mais essencialmente da intervenção na esfera da coordenação da atividade econômica, e sim, em

46 NEVES et al, 2019, p. 147

47 ADORNO, 2019, p. 353

intervenções diretas na configuração das relações sociais e na estrutura psíquica dos sujeitos (SAFATLE, 2020, *passim*). Mais do que um modelo econômico o neoliberalismo seria uma engenharia social, com intervenções profundas nas dimensões produtoras de conflitos. Assim, ele bloqueia um tipo específico de conflito, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social, procurando impedir que instâncias como associações, movimentos sociais, sindicatos e instituições que venham a questionar a noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classes tenham relevância e poder de persuasão e pressão.

Quando se trata da conjuntura brasileira atual, considera-se que essa noção de vida vem sendo trabalhada a alguns anos. Congregam-se as promessas de boa vida do capitalismo contemporâneo, cada vez mais suspeitas, a um estado de servidão passional que, novamente, atesta o enraizamento do atual estado de coisas, mesmo entre os que se opõem a ele, o que Adorno já nomeava como “desejo apático por uma mudança radical”. Contudo, ainda sim, é possível observar insurgências, como explicita Loureiro

Se pusermos na panela de pressão brasileira os seguintes ingredientes, quase todos indigestos: o Programa de Pacificação das Favelas no Rio de Janeiro com suas UPPs, na verdade uma estratégia de guerra; a violência policial contra os moradores das periferias urbanas; as remoções forçadas exigidas pelos megaeventos; as políticas públicas que, ao incitar o empreendedorismo dos pobres, se, por um lado, canalizam sua energia para uma atividade governável, por outro, criam um sedimento reivindicativo à espreita para explodir; as lutas pela cidade, levadas a cabo por uma geração de “cidadãos insurgentes” exigindo a democratização do solo urbano; a “agonia do trabalho descartável, mostrando que o capitalismo como religião em sua forma contemporânea tornou-se um espantoso e interminável ‘ritual de sofrimento’⁴⁸.

A promessa do desenvolvimento contínuo, que tem em seu pacote uma inclusão social total a perder de vista, junto a um projeto civilizatório de uma felicidade-depois paga do sofrimento-agora (ARANTES, 2014) não convence a todos. Porém, este cenário tende à produção de sujeitos específicos como os negacionistas, o “empreendedorismo político” e os chamados cidadãos de bem.

Dentre esses sujeitos, destacam-se os componentes do atual governo brasileiro, visto que mesmo o quadro considerado “técnico” é formado por pessoas cuja capacidade intelectual nunca foi reconhecida pelos seus pares. Também não é certo afirmar que esses empreendedores políticos oportunistas mantenham uma relação meramente cínica e instrumental com as ideias que defendem (NUNES, 2022). A hipocrisia do cidadão de bem é, no fundo, o compromisso sincero com uma sociedade em que cada um “sabe o seu lugar”

48 LOUREIRO, 2014, p. 394

[...] onde mulheres são recatadas e do lar, negros andam de elevador de serviço, meninos são meninos e meninas são meninas, e ninguém reclama do pouco que tem. Mas acreditam nisso não pelo valor intrínseco desses preceitos, e sim pela distribuição de poder e benefícios pessoais que eles estabelecem. Acreditam sobretudo, em seu direito de ocupar a posição que esses valores lhes destinam nas relações de classe, gênero, raça: a de quem pode exercer a própria vontade sem limites⁴⁹.

É esse lugar que eles temem perder, se ressentem de ter perdido ou almejam alcançar. Para aqueles que estão na posição de “lumpen-elite”⁵⁰ (NUNES, 2022), sobra o ressentimento dirigido tanto para o Estado, como para os que se encontram numa posição social abaixo. São os que cobram o que W.E.B Du Bois nomeia de “salário psicológico”, encontrando compensação em sentir-se superior a empregada, ao garçom, ao negro (no caso do branco), a mulher (no caso do homem), da comunidade LGBTQIA+ (no caso das pessoas cis-héteros), e temem perder os privilégios que acreditam ser direitos. Desta maneira, a noção de cidadania passa a se referir não a garantia de direitos, deveres e acessos, mas a excepcionalidade dos que se encontram acima da lei, concepção fruto de um passado escravagista brasileiro que sobrevive junto a um presente moldado pelas ideias neoliberais.

Ainda mais grave, verifica-se que a democracia, principalmente quando se trata de países periféricos, permite em seu interior um estado de guerra permanente, comportando processos de escravidão junto a mais avançada tecnologia. Isto é, se instaura a produção da economia em cima da máxima exploração dos corpos, sem que isso indique uma contradição. Tais considerações inviabilizam de certa maneira o projeto ocidental iluminista em seu ideal.

Para Ailton Krenak (2020, p. 11) a ideia dos brancos europeus em colonizar o resto do mundo baseava-se na noção de um grupo de seres humanos esclarecidos com a missão de difundir um determinado jeito correto em estar na Terra. O líder indígena questiona “Será que ela não está na base de muitas das escolhas erradas que fizemos, justificando o uso da violência”? (idem, 2020, p. 11).

É certo que a violência atual pede uma justificativa política que abarque a consolidação de uma vida social que destrói qualquer figura de solidariedade ou alteridade, instituindo o medo do outro como afeto central, e a exploração colonial histórica como regra, como veremos a seguir.

49 NUNES, 2022, p. 101

50 Termo utilizado por Rodrigo Nunes (2022) para descrever os que presenciaram uma ascensão social de primeira ou segunda geração, ou que são herdeiros de famílias que viram sua riqueza encolher: “elas estão permanentemente numa espécie de meio do caminho: consumo elevado, mas a custo de endividamento; diploma universitário, mas sem brilho e em instituições de pouco prestígio; empresa própria, mas nunca operando em margem inteiramente confortável sem recorrer a evasão de impostos e outros expedientes ilegais” (p. 89).

Monopólio da violência: a morte física e simbólica como dinâmica da democracia no capitalismo periférico

As nossas metrópoles são, também elas, cindidas em duas. De um lado, está a minoria privilegiada que busca conservar ad aeternum uma ordem social à sua imagem e semelhança; do outro, amontoados em casebres insalubres, trabalhando cada vez mais e recebendo cada vez menos, estão os condenados da terra de nossos dias. O primeiro destes mundos aplaude o soldado, vê nele seu herói e protetor; o segundo é cauteloso, vê personificado no soldado o regime de opressão e espera o momento certo para agir (FANON, FRANTZ, 2005).

Em sua obra *Estudos sobre a Personalidade Autoritária* (2019) Adorno chega a conclusão que o fascismo não era um episódio isolado durante o período da Segunda Guerra Mundial, ele estava presente em grande parte da população norte-americana da época. O estudioso expõe como o autoritarismo possui relações culturais profundas com a organização socioeconômica do modo capitalista vigente. Ele procura então compreender as contradições psíquicas de seus entrevistados e entrevistadas, que em sua grande maioria não demonstravam abertamente serem pessoas antidemocráticas, mas deixam escapar traços potenciais fascistas suscetíveis à propaganda ideológica autoritária.

Nos resultados desta pesquisa empírica fica evidente que o contexto de preconceito antissemita no país era expressivo, mesmo com a coexistência de uma sociedade considerada democrática. De uma defesa velada, a um estado latente, muitas vezes não consciente, as ações violentas contra minorias desvelam um etnocentrismo que inclusive ultrapassa o antissemitismo.

A racionalidade do autoritário se mostra bastante irracional ao substituir uma reflexão mais profunda por estereótipos e racionalizações recebidas “prontas”. Suas opiniões – emitidas sob formas socialmente aceitas e difundidas que ocultam autoritarismos – seriam compreendidas como modos de afastamento da realidade externa, fruto de certa inacessibilidade às experiências vividas⁵¹.

Se o processo de esclarecimento do ocidente comportou, por exemplo, a ideologia nazista e seus frutos, como demonstra Adorno, para além, sempre autorizou estrategicamente vivências de horror contra aqueles que não fazem parte do “acordo civilizatório”. Nesta perspectiva, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018, p. 21) descreve a figura emblemática de um sistema de *plantation* onde o poder sobre a vida do outro assume forma de comércio. Para ele, o que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos “selvagens” aos povos “civilizados” da Europa.

51 COSTA, 2019, p. 28

No Brasil, o tratamento aos “selvagens” iniciado com a invasão portuguesa, assumiu em seu regime de classes uma dimensão peculiar. Adaptou-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, as tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida, o chamado desenvolvimento do subdesenvolvimento: ele não implica que a economia dependente não possa crescer economicamente, mas sim que, “quanto mais cresce a economia dependente, mais ela aguça as diferenças específicas que a separam do capitalismo existente nos países avançados” (MARINI, 1992, p. 89).

Ou seja, o desenvolvimento de alguns países é resultado precisamente do subdesenvolvimento de outros. Florestan Fernandes (2008, p. 25) explicita nesse sentido que os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos; passaram da antiga Metrópole lusitana para o principal centro de poder do imperialismo econômico nascente

Um exemplo banal é suficiente para esclarecer esse aspecto: o liberalismo, em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como um disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na sociedade civil, que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra⁵².

Desta maneira, o que foi chamado de “modernização” significava em certo sentido uma “europeização” (expansão de uma sociedade ocidental). Onde uma burguesia que não se identifica com seu país, como é o caso do Brasil, perpetua uma ideologia do colonialismo, construída por meio do pensamento da elite intelectual colonizada (MOURA, 1994).

Todo o arsenal “científico” que vinha da Europa, e tratava de questões como a racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse a “última palavra da ciência”, mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles. Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo é remanejado em sua função instrumental. Assim uma das justificativas para o subdesenvolvimento, seria a visão de que as áreas coloniais eram habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não branco que, por esta razão, permanece subdesenvolvido (MOURA, 1994). Qualquer vestígio deste discurso utilizado até hoje como argumento para justificar

52 FERNANDES, 2008, p. 27

a pobreza e o ódio aos pobres nos países classificados como “terceiro mundo” não é coincidência.

Contemporaneamente o modo de ser correspondente a (re)produção das relações sociais burguesas na modernidade, em especial em meio ao processo de mundialização do capital no contexto neoliberal, fortalece e congrega valores de raízes culturais conservadoras e autoritárias, herança de uma história escravocrata e colonial sustentada por um discurso que nega a existência da violência institucionalizada. Essa negativa abarca, dentre tantas outras coisas, a narrativa sobre o fracasso do sistema penitenciário e da justiça penal brasileira, que em realidade evidenciam a funcionalidade da prisão regular: gerir ilegalidades, induzir reincidências, selecionar comportamentos. Enfim, promover um controle social extremamente necessário ao desenvolvimento das relações capitalistas, tendo como principal resposta aos desvios da população essa “instituição de sequestro”, conceito utilizado por Foucault (2009) para se referir à prisão e outras instituições de confinamento. A realidade operacional dos sistemas penais no capitalismo avançado é o genocídio (ZAFFARONI, 1991).

No neoliberalismo latino-americano e mais especificamente no brasileiro, não sendo possível a difusão da produção de subjetividades moldadas por um contexto de pleno emprego, de seguridade social, ou mesmo da assistência, se incentiva a produção de “subjetividades punitivas” que aceitem um poder punitivo cujo marco social tem como signo a morte em massa.

Da mesma maneira, a construção de políticas públicas, serviços e fazeres profissionais pautados em discursos baseados na insegurança e no medo autorizam o Estado de Direito a promover intervenções nos territórios e corpos daqueles considerados inaptos a conviver em sociedade. Sob o verniz de enfrentamento a “problemas sociais” se materializa uma política da matabilidade ancorada na lógica colonial. Neste sentido, a região das “veias abertas” vivencia um processo que desde a vinda dos europeus transforma tudo em capital: sua população, suas riquezas, seus recursos naturais, a fim de beneficiar os países centrais. Toma-se a violência e em seu extremo o extermínio, como uma prática baseada na visão de um “outro” que traduz a diferença, mas não qualquer diferença, a “má diferença” (MORAES, 2020), é preciso se proteger daquele cujo a humanidade é questionada, como explica Eduardo Galeano

Num mundo que prefere a segurança a justiça, há cada vez mais gente que aplaude o sacrifício da justiça no altar da segurança. Nas ruas das cidades são celebradas cerimônias. Cada vez que um delinquente cai varado de balas, a sociedade sente um alívio na doença que a atormenta. A morte de cada mal vivente surte efeitos farmacêuticos sobre os bem viventes. A palavra farmácia vem de *phármakos*, o nome que os Gregos davam as vítimas humanas nos sacrifícios oferecidos aos deuses nos tempos de crises⁵³.

Marilena Chaui, em seu texto *Pela graça de Deus* (2021), segue a mesma lógica, e considera o *autoritarismo social* a origem e forma da violência no Brasil. Situação que é ampliada e agravada pelo atual contexto político considerando o apequenamento do espaço público e a ampliação do espaço privado, no qual os interesses do mercado são as justificativas suficientes para o desvio do fundo público destinado à garantia aos direitos sociais. Nesse processo os direitos passam a ser privatizados e transformados em serviços vendidos e comprados no mercado, aumentando exponencialmente a divisão social e a desigualdade das classes sociais.

A violência congrega uma imagem unificada que exclui as instituições políticas e suas origens – a definição de violência surge para justificar a própria violência – e se inverte a lógica: violentos são aqueles que se colocam em situação “de risco”, que não tem uma ação razoável, ou são fontes de inseguranças sociais. Não só isso: as famílias e os jovens pobres e negros são desqualificados como potenciais cidadãos por uma lógica moral, mas também por um viés economicista e individualista: pela perspectiva do capital humano. Interessa, desta maneira, uma família que tenha renda suficiente para formar filhos e filhas com competências e habilidades para o mercado

Observa como os excluídos no atual estágio do capitalismo vivem uma “exceção de fato” que geralmente não foi decretada através do direito, em que a “exceção é norma”. Sobre suas vidas atua um Estado de exceção de Ihe nega os chamados “direitos fundamentais” para a existência de uma vida digna, condenando suas vidas a uma sobrevivência indigna que quase sempre culmina na morte, seja diretamente, ou por exposição ao risco de morte. Talvez essa não decretação jurídica do estado de exceção de fato, seja o ponto nodal para entendermos a razão de sempre se negar os horrores dos massacres, extermínios e genocídios vivenciados nas “democracias” capitalistas ocidentais, principalmente as latino-americanas, e sempre associarmos essas tragédias com os estados totalitários da Europa ou com as ditaduras passadas⁵⁴.

Por este ângulo, a filósofa francesa Elsa Dorlin (2020, p. 159), defensora da ação feminista direta e da guerrilha urbana, crê ser indispensável compreender que a exigência da igualdade civil e cívica não pode ser dirigida pacificamente ao Estado capitalista, sendo ele a primeira instância a institucionalizar a injustiça social. Colocar-se sob a sua proteção é ignorar que ele sustenta os dispositivos que torna parte da população vulnerável, ao mesmo passo que arma as instituições que golpeiam esses sujeitos e sujeitas. Assim como Chaui, a autora considera que o conceito de paz pregado por aqueles que defendem a ordem vigente, nada mais é que o escamoteamento da contradição e dos conflitos existentes.

54 MORAES, 2019, p. 162.

Considerações finais

*Em outras palavras, só uma paixão pode combater outra paixão
(Marilena Chaui, 2011)*

Conclui-se que a racionalidade instrumental age no sentido de gerenciar o modelo de Estado neoliberal em suas “legibilidades técnicas”. Esse conjunto de racionalidades faz com que todo o horror das violências, moralizações, disciplinamentos, encarceramentos em massa e mortes tidas como naturais justifiquem e legitimem os chamados “efeitos colaterais” de um processo que em solo brasileiro significa o extermínio de grande parte de sua população.

As políticas de austeridades implantadas, a redução do Estado com caráter social, a financeirização da economia, o endividamento generalizado da população e a ideia de uma luta de todos contra todos participam de um contexto em que a produção de pobreza e desigualdade aumenta consideravelmente, ao mesmo tempo em que se sustentam tais intervenções por meio da compreensão de que esta é a única maneira possível de viver no mundo. Esta narrativa construída tem como uma de suas consequências as “políticas de morte” físicas e simbólicas amparadas em uma concepção colonial e fantasiosa de sociedade, mesmo com a existência de direitos “garantidos formalmente”. Aí está a contradição não tão contraditória, o fato de preceitos fascistas sobreviverem em harmonia nas democracias ocidentais em lugar de serem inimigos em potencial.

Destaca-se que as sociedades lançam mão mais ferozmente dessas ferramentas disponíveis em seu arsenal na medida em que há uma instabilidade social; neste sentido, a construção de estereótipos passa a ser a estratégia de coesão programada. A intenção é manter o “acordo” de uma estrutura social que favorece uma pequena parcela da população ao passo que garante pequenos privilégios a outra parcela. Apela-se para um discurso científico que estabelece critérios para avaliar os indivíduos – se são saudáveis, capazes de se adaptar, e até mesmo se são normais – assim, além das mercadorias no sentido marxiano da categoria, as subjetividades viram também mercadorias a serem comercializadas.

Entende-se que atualmente a “utopia real” consiste na grande recusa desse sistema de normas, valores e práticas que mercantilizam todas as dimensões da vida. Encarar esse estado de coisas e dar um passo adiante institui-se como tarefa do tempo presente. Quando se trata de convicções, pode-se afirmar que as pessoas não assumem necessariamente um pacote completo, as contradições estão presentes, os interesses, desejos, valores e ações não são necessariamente constantes ou coerentes. Para Adorno com o estímulo certo qualquer sociedade pode ser fascista, contudo, pode igualmente caminhar no sentido oposto, sendo necessário saber diferenciar a liberdade do capital de uma liberdade que vise a emancipação humana. Deste modo, é necessário

pensar a saída com mediações que trabalhem as subjetividades atuais de um capitalismo como *ethos*, assim como a desmistificação da ideia de solidariedade como fraqueza.

No fim existe a importância de se cultivar o trabalho com o pensamento, de deixar-se afetar pelos desassossegos deste tempo, que em nada tem a ver com um universo isolado e individual e sim com o estado vivido no encontro dos corpos com outros corpos, com a diferença que arranca os sujeitos de si mesmos e os torna capaz de observar o outro com alteridade.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a Personalidade Autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia: fabricando cidadãos felizes**. São Paulo: Ubu, 2022.

CHAUI, Marilena. **Pela graça de Deus**. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/pela-graca-de-deus/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Apresentação à edição brasileira. In: ADORNO, Theodor. **Estudos sobre a Personalidade Autoritária**. São Paulo: Unesp, 2019. p. 13-28.

DORLIN, Elsa. **Autodefesa: uma filosofia da violência**. São Paulo: Ubu, 2020.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e desenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, p. 01-24, dez. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 133.

GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Cultrix, 2006.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Boitempo, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOUREIRO, Isabel. Em busca do futuro perdido: a tarefa política da nova geração. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 59, p. 389-396, dez. 2014.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 5. ed. México: Era, 1981

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

MCKINNON, Susan. *Genética neoliberal: uma crítica antropológica da psicologia evolucionista*. São Paulo: Ubu, 2021.

MORAES, Rômulo Fonseca. *O Extermínio da juventude negra: uma análise sobre os “discursos que matam”*. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

MOTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Ângela Santana; PERUZZO, Juliiana Feix. *O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina*. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). *As Ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: Universitária Ufpe, 2010. p. 35-67.

MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*. 1994. Disponível em <<http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial>>. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

NEVES, Antonio; ISMERIM, Augusto; COSTA, Fabricio Donizete da; SANTOS, Luckas Reis Pedroso dos; SENHORINI, Mario; BEER, Paulo; BAZZO, Renata; COELHO, Sonia Pitta; CARNIZELO, Viviane Cristina Rodrigues; SILVA JUNIOR, Nelson da. *A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si*. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 125-177.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e o mundo em transição.** São Paulo: Ubu, 2022.

SAFATLE, Vladimir. *A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral.* In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 17-46.

SOARES, Suamy R. *A feminização da pobreza e as políticas sociais focalizadas nas Mulheres: um debate a ser repensado.* In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 5., 2011, São Luiz. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/A_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_E_AS_POLITICAS_SOCIAIS.pdf. Acesso em: 08 abr. 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal.** Revan, 1991.